

**Guajajaras: ainda uma cultura em transição?**  
**Uma análise sobre a participação indígena em processos eleitorais.<sup>1</sup>**

Florbela Almeida Ribeiro  
Mestranda em Antropologia Social da Universidade de São Paulo

**Resumo**

Esta reflexão tem como objetivo pensar questões da obra de Charles Wagley e Eduardo Galvão, *Os Índios Tenetehara. Uma Cultura em transição*, levando em conta meu trabalho de campo que vem sendo realizado na mesma região analisada pelos autores há meio século. O trabalho que venho desenvolvendo no mestrado se situa no âmbito da Antropologia Política, pois o enfoque da pesquisa está nas relações dos indígenas com os políticos locais, com o jogo político presente nas eleições. O objetivo principal da pesquisa baseia-se numa etnografia das eleições municipais de 2008 na região dos municípios de Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras, localizados no interior do Maranhão, visando apontar o significado do voto para os indígenas.

Portanto, ao entrar em contato com a população Guajajara, como são conhecidos os Tenetehara, na primeira ida a campo, tornou-se inevitável não pensar na “previsão” de Wagley e Galvão a respeito dessa população. Isso porque logo no prefácio os autores sugerem que “dentro do espaço de vida de uma geração, ou pouco mais, o processo de mudança dessa cultura tribal indígena para uma regional, brasileira, estará em vias de se completar”, o que evidencia o estudo feito por eles de uma *cultura em transição*.

A idéia para o presente artigo centra-se na utilização de dados do meu campo, conseqüentemente, composto por elementos da política municipal, a qual tem feito parte do cotidiano desta população, para refletir acerca do processo assimilativo explicitado na obra citada acima.

**Palavras-chave:** voto indígena, relações políticas, assimilação.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, no Grupo de Trabalho “Cidadania e Territorialização étnica: novos e velhos direitos do sujeito”.

## Pensando questões atuais

Neste ano de 2008, ano eleitoral, tem veiculado nas emissoras abertas da televisão brasileira uma propaganda com os dizeres:

*“Heróis existem. E eles não são grandes, nem fortes, nem indestrutíveis. Nem tem super poderes. Eles não matam, mas morrem. Não são de outro mundo, embora, muitas vezes pareçam não ser deste aqui. Heróis existem. E são de carne e osso, geralmente mais carne do que osso, porque são sangue. Heróis existem e nunca fogem da luta. Existem e têm sempre uma personalidade só. Heróis existem. Porque não costumam ter o que esconder. Heróis existem e aparecem sempre que temos certeza de que a raça humana está perdida. E surgem justamente nesses momentos, como a nossa salvação, porque os heróis são, antes de tudo, humanos. Heróis existem. Não desperdice o direito que eles tanto lutaram para conquistar para você. Vote. Se não for por você, que seja pelo menos por eles”.*

Ao mesmo tempo, a questão em torno da demarcação de território indígena em Roraima tem ocupado parte das matérias de jornais, expondo a polêmica entre governo, exército<sup>2</sup>. Na internet circulam emails onde pessoas fazem abaixo-assinados a favor do general do exército, com argumentos de que somos todos brasileiros ou a favor do governo, pela manutenção de Raposo Serra do Sol. Duas temáticas distintas, a democracia representativa e a crise da importância do voto de um lado e a questão das reservas indígenas de outro. A primeira arduamente conquistada e ícone do ‘progresso’ político da nação e a segunda sendo remetida frequentemente a um problema mal resolvido da colonização. Mas os dois temas, o do território e o da cidadania, fazem parte dos problemas dos indígenas. . O índio, como cidadão, pode gozar de seus direitos políticos, se lhe aprouver, contudo, é garantido a ele o direito constitucional de viver segundo seus usos, tradições e costumes. Entretanto, o que se vê, em certos locais do Brasil, é que os índios estão incorporados às relações políticas locais, das cidades próximas, exercendo seus direitos políticos e participando das suas tramas. A questão territorial, assim como a questão da cidadania e do voto, são ambas ligadas à relação das populações indígenas com o Estado e com a população englobante.

---

<sup>2</sup> O ápice da polêmica foi a palestra feita pelo general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, no Clube Militar do Rio de Janeiro em abril deste ano.

## O projeto inicial

As relações políticas no Brasil assumem diversos aspectos conforme localidade, tipo de disputa e atores envolvidos, entre outros fatores. Sob nosso sistema democrático reproduzem-se formas singulares que englobam desde os modos como as disputas eleitorais são travadas, até a relação estabelecida entre os indivíduos que participam da administração do Estado e até como se relacionam com a coisa pública.

Para entender as variadas faces que o processo político eleitoral pode assumir no Brasil, uma série de peculiaridades do sistema tem de ser posta em debate. Da análise dos fatos políticos que compõem a história da política nacional resultou uma série de conceitos, com os quais se propôs ajudar a compreender melhor a atual realidade política de determinados locais. Victor Nunes Leal (1978), ao buscar explicações para o sistema político da Primeira República, não pôde escapar da figura do coronel, tão repleta de significados na história nacional. Para compreender as relações de poder que se desenvolviam nessa época, este autor resolveu centrar-se no município, portanto, inevitavelmente, no âmbito da atuação do coronelismo. Com seu início na implantação do federalismo, o coronelismo trouxe um novo ator político, o governador do estado, que apresentaria enorme influência sobre as oligarquias locais. Sua definição, embasada na complexa rede de relações que se inicia no coronel chegando até o presidente da República, envolveu, certamente, um apanhado de relações clientelísticas. Entramos assim noutro conceito.

O clientelismo é caracterizado, simplificadaamente, por benefícios públicos de variadas formas, como empregos, benefícios fiscais, isenções, concedidos nas relações entre atores políticos visando apoio, sobretudo na forma de voto. O conceito foi utilizado pela primeira vez por Benno Galjart (1964; 1965) e desde então vem sendo aplicado por diversos autores, brasileiros e estrangeiros, que visam compreender o sistema político que se desenvolveu no Brasil<sup>3</sup>. Por tratar-se de um conceito muito amplo, diferentemente do coronelismo que é datado historicamente e é referente a situações específicas<sup>4</sup>, o clientelismo será de extrema importância também na contemporaneidade. As relações clientelísticas se dariam frequentemente, em maior ou menor escala, no sertão e na metrópole, de diferentes formas, fornecendo benefícios

---

<sup>3</sup> Como, por exemplo, o trabalho de Edson Nunes e Richard Graham a respeito da história do clientelismo, entre outros.

<sup>4</sup> As definições de termos como coronelismo e clientelismo são encontradas em José Murilo de Carvalho(1997).

variados, porém tendo sempre como objetivo final conquistar o eleitorado. O voto, elemento básico da cidadania, formador dos direitos políticos do cidadão, seria, assim, tratado muitas vezes como mercadoria pelos atores políticos. Porém, é intrigante pensar que o desenvolvimento destas relações políticas pode alcançar mais do que a metrópole e do que o sertão, mas também lugares como aldeias indígenas.

No cenário acadêmico, principalmente no campo da Antropologia, o tema indígena compõe as discussões frequentemente em etnografias como forma de compreender melhor seus hábitos e crenças e associado a questões territoriais quando análises políticas se fazem presentes. Questões estas, sem dúvida, de enorme importância nas discussões políticas de nosso país, como se tem visto atualmente. Porém, existem outros aspectos para os quais podemos voltar nossa atenção no que diz respeito aos índios e à sua condição política na atualidade. A sua relação com as cidades próximas às aldeias, a interação com a sociedade local se dá de forma muito mais ampla do que somente na questão territorial. Muitas vezes, a questão territorial está interligada com uma série de outros fatores.

Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras, cidades situadas no interior do Maranhão, compõem o palco da observação de campo desta pesquisa. Estas cidades são exemplos de municípios onde a presença indígena é permanente. Esta presença promove-se em diversas esferas, ajudando a compor não só o cotidiano da cidade, mas também a sua organização política. Historicamente existiram muitos conflitos na região, porém, desde 1990, uma relativa estabilidade é observada. Muitos índios vão à cidade vender seus artesanatos, o que faz com que estes indivíduos estejam presente no dia-a-dia dos moradores de Barra do Corda. Ainda há certa dificuldade de pequenas madeireiras regionais e grupos de posseiros aceitarem as demarcações, apesar dos limites de terra apresentarem boa situação jurídica formal, ocorrendo algumas violações dos limites. A administração regional da Funai de Barra do Corda assiste oficialmente as áreas indígenas, sendo estas controladas parcialmente pelos próprios guajajaras. Porém, segundo observação do Instituto Sócio Ambiental<sup>5</sup>, esta participação na administração regional não reduziu o clientelismo típico do órgão e suas tentativas de cooptação das lideranças tradicionais. Os equipamentos do Estado são precários. Exemplo disso é a situação da saúde e da educação destas populações. Os índios são frequentemente mais atacados por verminoses, malária, tuberculose e vários tipos de gripe do que o restante da população rural. No que concerne à educação, existe um

---

<sup>5</sup> [www.isa.org.br](http://www.isa.org.br)

projeto de escola bilíngüe, porém muitas aldeias guajajaras não têm escolas ou estas não funcionam, por falta de material didático ou de docentes qualificados. Em 1990 foi fundada em Barra do Corda a Associação Comunitária Guajajara, a primeira organização étnica, visando- ampliar as autodeterminações políticas, melhorar a situação econômica com projetos comunitários e revitalizar partes da própria cultura. A Associação recebeu recursos materiais e financeiros da Eletronorte. Em 2000 já havia 23 associações comunitárias guajajara na região de Barra do Corda, cada uma tentando atrair recursos para pequenos projetos comunitários. Recursos estes provenientes do banco Mundial e aplicados via Projeto Nordeste<sup>6</sup>. Como se vê a situação destas aldeias está longe de não fazer parte dos problemas sociais e políticos do país.

Nesta conjuntura surge a importância dos políticos locais cuja imagem é composta por uma mescla da dominação legal, representada pelo poder político local, em conjunto com os outros tipos de dominação, carismática e tradicional (Weber, 2005), que transparecem neste ambiente, visto que elementos como o afeto apontam para a adesão que constitui o caráter personalista da política (Chaves, 2003). Estes políticos serão de extrema relevância para assistir a população indígena nas questões sociais precárias, principalmente nas áreas de educação e saúde. Nessa situação aparecerá o voto indígena como potencial elemento de troca, o que nos leva a pensar o conceito de reciprocidade (Mauss, 2003) nestas relações políticas, visto que se busca analisar a troca de favores. Conceito este já trabalhado em outras pesquisas que tinham como foco a temática das disputas políticas, como, por exemplo, o trabalho de Heredia (1996), onde foi analisada a relação político-eleitor como uma derivação da relação credor-devedor. Também, por outro lado, a candidatura do próprio índio<sup>7</sup> aparece como algo determinante na decisão dos índios eleitores.

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Segundo dados do ISA, nas eleições municipais de 2000, cerca de 350 índios pleitearam vagas em todo o Brasil, das quais treze para prefeito. Destes que se candidataram, 80 foram eleitos. Esta é uma questão merecedora de sensíveis reflexões, como as feitas por Marcos Pereira Rufino (2002). Afinal, a idéia de representação para os índios difere muito da conhecida pelo sistema democrático. Para a inserção indígena neste meio, torna-se necessária a substituição do velho ancião, como o grande sábio, para dar lugar ao jovem, que freqüentou escolas e domina língua portuguesa. Entra em cena uma gramática social e simbólica aparentemente estranha ao cotidiano indígena. O ato de participar das eleições envolve o pertencimento a um partido e, portanto, arranjos inexistentes anteriormente. Um exemplo disso é descrito por Rufino: “uns [índios] seriam representantes legítimos de seu povo, indicados ao pleito eleitoral diretamente pela decisão de suas comunidades ou de suas respectivas organizações indígenas. Outros seriam candidatos isolados, envolvidos em um projeto político próprio, determinados a atuar na vida pública”.

Especificamente, no que diz respeito à questão da participação indígena em eleições locais, não há muitas pesquisas realizadas<sup>8</sup>. Grande parte dos dados encontrados que relacionam índios e política concentra-se nos conflitos territoriais e, algumas vezes, na candidatura indígena. Variadas teses e artigos foram dedicados ao tema do conflito territorial, enquanto a candidatura indígena aparece, na sua grande maioria, em sites e artigos relacionados a associações que apóiam a população indígena.

Esta etnografia das eleições é composta por uma “etnografia da troca” (Marcos Lanna; 1995)<sup>9</sup>. Trata-se de ir além dos pequenos presentes dados pelos políticos locais, averiguando se o orçamento municipal faz parte das concessões. Como já foi dito acima, existe uma circulação de recursos, os quais financiam as associações indígenas. Desse modo, fará parte desta pesquisa investigar o caminho desta circulação.

Importante ressaltar que não só o candidato e o eleitor estarão sob o foco da investigação, mas também personagens como o cabo eleitoral, que em muitos casos aparece como o responsável pelo intermédio da relação entre aqueles outros atores sociais e políticos, fazendo com que a troca seja realizada. Outras esferas, como família, ongs, associações, também podem exercer papéis importantes nas relações, portanto, perceber quem são os atores e quais são os seus papéis no jogo político compõe um item fundamental para a análise. Este ponto apresenta a necessidade em descrever o mosaico que se forma em torno das relações entre índios e políticos, principalmente no período eleitoral. Cabe também não esquecer que estas trocas e favores fundamentam-se geralmente no contrato verbal. Promessas podem não ser cumpridas, assim como votos podem ser alterados.

Com efeito, partindo do pressuposto que a circulação de recursos existente tenha ligação com os atores políticos locais, o projeto almeja descrever as relações ditas clientelísticas, ou seja, relatar como funciona o sistema de conquista de eleitores indígenas através da concessão de benefícios. Assim como outros trabalhos etnográficos de eleições buscaram mostrar não só o funcionamento da máquina eleitoral, mas também quem faz parte do sistema além dos representantes do poder local, como vemos no trabalho de Marques e Villela (2002), este trabalho abrangerá objetivos semelhantes, acrescidos de suas peculiaridades. Isso porque, além de descobrir quem recebe os benefícios, temos neste recorte a indagação se há diferença na troca realizada com os

---

<sup>8</sup> Ricardo Cid Fernandes (2006) analisou o processo eleitoral em Manoel Ribas, no estado do Paraná, destacando a importância da participação dos Kaingang e a influência do processo democrático no cotidiano desta população.

<sup>9</sup> Este autor trabalhou a correlação do conceito de reciprocidade com as trocas ocorridas no Nordeste brasileiro comparando-as com as relações de mercado.

índios Canela e com os Guajajaras e também com a realizada envolvendo a população da cidade.

### O campo

A questão em torno da importância do estudo de processos políticos, dentre eles as eleições, através de uma abordagem antropológica, apesar de ser algo relativamente recente, já foi defendida por alguns antropólogos, como explicitado na apresentação do livro *Antropologia, Voto e Representação Política*, de Márcio Goldman e Moacir Palmeira<sup>10</sup>. Mostrando a origem da antropologia política, como subdisciplina da antropologia social, os autores buscam apresentar as questões que foram levantadas nos estudos cujo objeto se enquadra nessa subdivisão das ciências sociais. Assim como em outras linhas de pesquisa da antropologia, nessa ocorreram problemas com os modelos desenvolvidos com base em sociedades ditas primitivas, quando os olhares dos antropólogos começaram a se voltar para as suas próprias sociedades, para as ‘sociedades complexas’, e perceberam que os conceitos utilizados anteriormente não dariam conta dos contextos que se pretendia estudar.

A dicotomia sociedades complexas versus sociedade primitivas, apesar das variadas críticas, permeou a história da antropologia e, de certa forma, também fez parte dos estudos realizados pela linha de pesquisa antropologia política. Se voltarmos ao estrutural-funcionalismo britânico, veremos que a publicação de *Sistemas Políticos Africanos*, organizado por Evans-Pritchard e Meyer Fortes (1940), marca a constituição da antropologia política enquanto disciplina, centrando a análise, como o próprio título sugere, nas sociedades africanas e em suas organizações políticas. Também podemos citar Radcliffe-Brown (1952), que procurou definir a antropologia política através do estudo da manutenção da ordem social, ao analisar estruturas e funções na sociedade primitiva. Em contraposição a esses trabalhos, temos pesquisas atuais que trabalham no âmbito da antropologia política, focando a temática das eleições, portanto, voltadas para um estudo ambientado na ‘sociedade complexa’, na análise de suas relações políticas particulares.

O que se viu como pano de fundo nas discussões conceituais que ocorreram no campo da antropologia política, tanto na década de 1940 e 1960, ou seja, tanto no

---

<sup>10</sup> Nesse texto alguns trabalhos pioneiros são citados a respeito de eleições como os de Sá (1974), Martinnez-Alier (1977) e Caldeira (1980).

estrutural-funcionalismo como no movimento processualista da antropologia social britânica, foi uma discussão em torno da localização do *poder*. Entretanto, veremos com Michel Foucault que o poder não deve ser visto necessariamente como algo com localização específica, podendo ser tratado como um feixe de relações que permeiam a composição da vida social, o que mostra a ênfase desse autor no desenvolvimento de uma analítica do poder, ao invés de uma teoria do poder. Essa análise ‘microfísica’ e não ‘microscópica’ do poder proposta por Foucault retrata, de forma singular, o que caracteriza uma proposta de etnografar eleições, pois o interessante nesse objeto é justamente captar como ocorrem as relações de poder na dimensão da política local.

Diferentemente de como foram tratadas as eleições no âmbito da Ciência Política, onde o foco se deteve na questão da representação, através da análise da constituição e funcionamento de partidos políticos, ou seja, numa visão ‘internalista’ do fenômeno (Goldman & Palmeira, 1996), na abordagem antropológica busca-se ampliar o campo de análise, apresentando concepções ‘nativas’ de poder e política, facções, relações político-eleitor, mapeamento de atores sociais dentro do processo eleitoral, etc. Para tanto, a etnografia, o trabalho empírico se faz indispensável.

Realizei uma primeira ida a campo, com a finalidade de um primeiro contato com o objeto em janeiro deste ano. Fazia parte do cronograma do projeto esta etapa do campo antes da realização da etnografia propriamente dita no segundo semestre, no chamado *tempo da política*<sup>11</sup>. Ao chegar em Barra do Corda, onde me instalei, fui recebida pelas pessoas que me receberam com certa curiosidade não pela minha profissão, pois, por se tratar de uma região em permanente contato com indígenas, a população local está acostumada com a presença de antropólogos, mas indagaram principalmente a respeito de qual população eu estava interessada em analisar. Isso porque nesta localização estão presentes duas populações distintas, os Canelas, de origem Jê, e os Tenetehara, mais conhecidos por Guajajaras, de origem Tupi Guarani. Com os dias percebi que esta distinção não está só na origem, mas principalmente no senso comum da população da cidade. Quando perguntado para qualquer habitante a respeito dos índios, da relação deles com as pessoas da cidade a resposta gira sempre em torno do mesmo argumento: os Canelas são índios de verdade, pois ainda mantém a sua

---

<sup>11</sup> Moacir Palmeira no texto *Política, Facção e Voto* diz: “Política é identificada a eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de tempo da política.” Neste texto o autor trata de concepções de política de populações rurais, juntamente com Beatriz Heredia, na área canavieira e no sertão do Pajeú em Pernambuco e na região de Santa Rosa no Rio Grande do Sul. O mesmo termo nativo foi percebido por mim nesta região do Maranhão.

‘cultura’, enquanto os Guajajaras são bandidos e bêbados. Há até mesmo os que afirmem que estes nem índios são mais.

Com já era esperado, o campo ajuda o pesquisador a delinear melhor seu objeto e, partindo da visível hostilidade dos habitantes de Barra do Corda para com os Guajajaras, passei a me interessar mais pelos fatores que levaram a esta situação. Com isto, aliando-se a outros fatores que dificultariam minha análise das duas populações, uma decisão foi tomada com relação ao projeto inicial: a pesquisa agora teria como foco somente os Guajajaras.

Inicialmente, ao tentar desvendar os motivos pelos quais estes índios eram tão mal vistos, recebi com frequência a mesma justificativa de diversas pessoas. Esta se baseava no Massacre de Alto Alegre, onde os indígenas mataram missionários capuchinhos, fato este lembrado constantemente, seja pela Igreja católica, com as fotos na entrada da matriz dos capuchinhos assassinados, seja através dos versos das cantigas da cidade. Mas, mesmo assim, era difícil compreender como um ocorrido do início do século passado podia ser tão presente no dia-a-dia daquele lugar, determinando as relações entre índios e brancos. Passados mais alguns dias notei que não era só isso, esta era, por assim dizer, uma resposta padrão. Fatos mais recentes, como manifestações onde os guajajaras fecharam a BR226, que liga o município de Barra do Corda à Guajará, revoltam a população da cidade. Justamente por ser esta a estrada por onde vêm os caminhões que abastecem os mercados da cidade, portanto, se não houver rapidamente a liberação da passagem, faltam mantimentos à população.

A complexidade desta população indígena é latente e foi retratada por Charles Wagley e Eduardo Galvão no livro *Os índios Tenetehara, uma cultura em transição*, livro composto sem dúvida por uma belíssima e completa etnografia desta população, porém com previsões e conclusões um tanto contestáveis hoje em dia. Isto com relação ao pessimismo dos autores com relação ao futuro dos Tenetehara, que se resumiria a uma completa assimilação destes para uma cultura cabocla em pouco mais de uma geração. Levando em conta que o livro foi publicado na década de 1960, podemos perceber que a previsão não se concretizou. Esta população cresce a cada dia e, por mais que a população das cidades próximas muitas vezes não os vejam como índios propriamente ditos, eles se dizem como tal e assim são vistos pelos órgãos responsáveis. As aldeias são inúmeras, pois, como me disse uma das lideranças regionais, “os Guajajaras têm por natureza a mudança”. Não trocam de cacique se há alguma divergência, simplesmente mudam-se com algumas famílias e formam uma nova aldeia.

Muitos são evangélicos, alguns falam português, vão à escola e vão à cidade. Votam. Vão ao banco sacar os benefícios dados pelo governo e estes muitas vezes são o grande motivo para votarem, já que o título de eleitor tem de estar em dia, como acontece com a população local. Muitos casam com brancos(as). Mas será que estes fatores formam argumento para dizer que não são índios verdadeiros, que houve aculturação? Creio que o que vale aqui é o ponto de vista deles e sem dúvida afirma que são Tenetehara e sim, muitos têm orgulho disso, diferentemente da época de Wagley e Galvão, onde ser ‘civilizado’ era o desejado.

A transmissão de elementos culturais entre os povos tem acontecido de maneira a trazer à Antropologia objetos de pesquisa que apresentam novas delineações (Sahlins, 1997). A sociabilidade entre o índio e a cidade, a influência do mercado na vida indígena e a participação nas eleições, seja nas candidaturas, seja nas possíveis relações clientelísticas, são abordagens necessárias para compreender o papel da política no dia-a-dia de cidades próximas à aldeias, como Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras. Por tratar-se de uma pesquisa em andamento torna-se complicado tirar conclusões por correr o risco de serem precipitadas. Mas há indícios de certa organização dos indígenas em lançar candidatos a vereadores este ano nas duas cidades. Esta participação e a sua importância será verificada no segundo semestre deste ano, no período eleitoral.

Júlio Melatti, numa resenha a respeito da tese de doutorado de Mércio Gomes diz: “Wagley e Galvão os estudaram num período em que saíam de uma dessas depressões, ainda mais acentuada na região que visitaram; Gomes os conheceu em tamanha ascensão que alcançam hoje um número talvez maior que no tempo em que foram encontrados pelos primeiros conquistadores europeus; daí, entre outras razões, os prognósticos desanimadores daqueles etnólogos e o otimismo deste”. Isso ajuda a compreender as conclusões dos autores com relação a esta população.

## Bibliografia

WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. *Os índios Tenetehara. Uma cultura em transição*.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, em *Pontos e Bordados – Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, pp. 130-153.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. *Cultura e sobrevivência dos índios no Maranhão*. In: Coleção Ciências sociais, Série Antropologia: 02, São Luís-Ma : Universidade Federal do Maranhão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1987

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. *Territórios em confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. Ciências sociais: 46. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

CHAVES, Christine de A. *Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG)*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 2003.

GALJART, Benno. (1964), "Class and 'Following' in Rural Brazil". *América Latina*, vol. 7, nº 3, pp. 3-24.

GOMES, Mércio Pereira. *O Índio na História — O povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002. 631 p.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HEREDIA, Beatriz, M. A. de. “Política, família, comunidade”, In: Goldman e Palmeira (eds.). *Antropologia, voto e representação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

LANNA, Marcos P. D. *A Dívida Divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1995.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4a ed, São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978. Biblioteca Alfa-Omega de ciências sociais: Série 1a. Política; v. 2.

LINS, Wilson. “Mandonismo e Obediência”, In: Wilson Lins et alli (orgs.). *Coronéis e Oligarquias*. Salvador: UFBA/Ianamá. 1988

MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha; VILLELA, Jorge Mattar. “Sobre a circulação de Recursos em Eleições Municipais”. In: Beatriz Maria Alásia de Heredia; Carla Costa Teixeira; Irllys A. F. Barreira. (Org.). *Como se Fazem Eleições no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, v. , p. 63-101.

MARSHALL, T. H.1967. "Cidadania e Classe Social". In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro. Zahar.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOURA, Margarida Maria. Terra de índio, terra de índios, lição de campo. In: Maristela de Paula Andrade. *Terra de índio: Identidade étnica e conflito em terras de uso comum*. São Luís : UFMA, 1999. pg. 19-23

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil. Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

PALMEIRA, Moacir. “Política, Facções e Voto”, In: Goldman e Palmeira (eds.). *Antropologia, voto e representação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira: (da Colônia à primeira República); ensaio de sociologia política*. São Paulo, 1969. Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros; 14.

RUFINO, Marcos Pereira. *Ide, portanto, mas em silêncio : faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. São Paulo : USP, 2002. 334 p. (Tese de Doutorado)

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). In: *Mana* 3(2), 1997.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber. Sociologia*. São Paulo: Ática, 2005, pp. 128-141.

WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. *Os índios Tenetehara. Uma cultura em transição*. 1961.

### ***Outros documentos***

ISA – Instituto Socioambiental: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

CIMI-MA – Conselho Indigenista Missionário: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

Arquivo Público do Estado do Maranhão. *Repertório de documentos para a história indígena no Maranhão*, Série Instrumentos de Pesquisa. São Luís: Edições SECMA, 1997.